

# Caracterização das Instalações da Educação Física Escolar\*

José Eduardo da Silva Monteiro\*\*

I

Os Recursos Materiais têm sido um dos factores condicionantes do desenvolvimento das populações e do desenvolvimento da Educação Física dos nossos alunos.

Esta é, de certeza, uma afirmação que todos nós ouvimos e estamos de acordo. Inclusive o poder político, ao reconhecer no Despacho conjunto 85/MPAT/ME/88 que institucionaliza a RIID que «a primeira prioridade não pode deixar de recair nas designadas infraestruturas desportivas escolares, visto tratar-se de um sector carenciado, onde é imperioso criar condições que permitam, (...), uma efectiva e generalizada implantação da actividade desportiva ao nível da escola».

Contudo, quando somos questionados sobre o verdadeiro significado de «carenciado» e como se traduz em cada escola, em cada distrito e no conjunto do país, vemo-nos sem informação devidamente actualizada e sistematizada e sem poder concluir «grande coisa».

No sentido de obviar este inconveniente e de consubstanciarmos as nossas impressões, o CNAPEF e a Comissão Organizadora do 3.º Congresso decidiu incluir como uma preocupação fundamental *a caracterização nacional da rede de instalações de Educação Física* e ao mesmo tempo identificar duas questões fundamentais:

1. quais são os principais factores limitativos à realização da Educação Física Escolar com a qualidade necessária?

<sup>\*</sup> Intervenção realizada no 3.º Congresso Nacional de EF, em Dezembro de 1994.

<sup>\*\*</sup> Assistente no curso de Licenciatura em Educação Física e Desporto da ULHT. Boletim SPEF, n.º 13 Inverno de 1996, pp. 67-88.

2. quais são as características principais que a definição das tipologias das instalações da Educação Física Escolar deve respeitar?

Para obter estes dados foi enviado para todas as escolas, durante o ano de 1994, por duas vezes, o «Inquérito — Instalações para a Educação Física», constituído por três partes. A saber:

- a) Caracterização
- b) Factores Limitativos
- c) Instalações de Educação Física

Das 1100 escolas com 2.º, 3.º Ciclos e Ensino Secundário que existem no nosso país recebemos 315 inquéritos, o que corresponde a 29% do universo em análise. Para além destas escolas públicas, recebemos inquéritos provenientes de 17 escolas particulares.

A nossa conferência vai ser apresentada em duas partes.

Na primeira parte apresentaremos algumas reflexões sobre a importância das instalações escolares no desenvolvimento regional e no desenvolvimento das populações tentando enquadrar o papel diferenciado das instalações do 1.º Ciclo e das instalações dos restantes níveis de ensino. Para além disto, apresentaremos algumas regras que a construção das instalações deve respeitar, justificando-as.

Na segunda parte apresentaremos a análise dos inquéritos caracterizando «as condições materiais de leccionação da Educação Física com o propósito de despoletar o debate e definir princípios que orientem a implementação e melhoria das condições de realização da» nossa disciplina.

II

O desenvolvimento da Educação Física e das populações está dependente de um conjunto de factores, entre os quais se situam os equipamentos.

Sem eles, integrados numa política de investimento e distribuição adequados, não é possivel apostar num conjunto de linhas de intervenção em que o objectivo seja a promoção da melhoria das condições de vida da população.

Esta «melhoria das condições» deve ser entendida a dois níveis:

- ao nível das «condições externas» a cada indivíduo através da manutenção de um ambiente com qualidade e através da criação de infra-estruturas que permitam o usufruto desse desenvolvimento;
- e ao nível das «condições internas», próprias do desenvolvimento de cada indivíduo, através de um processo educativo permanente.

É neste quadro de entendimento, que a análise de o *«lugar»*, que viabilize uma «Educação Física para todos», merece um espaço de reflexão por todos aqueles que se preocupam e patrocinam o desenvolvimento, o bem-estar e o equilíbrio das populações.

Já em 1986, o Seminário sobre «Equipamentos Desportivos, Experiências e Perspectivas» explicitava os três princípios que deveriam balizar uma política de investimento e aposta nos equipamentos denominados desportivos, orientada nessa ideia de uma «Educação Física Para Todos», sobre o termo «Desporto Para Todos». São eles:

- 1. «o princípio de que os equipamentos para o desporto de recriação eram os elementos de base da rede de uma comunidade, e dos quais dependiam os equipamentos orientados para o desporto de rendimento»;
- 2. «o princípio de que a programação seria a resultante da participação e responsabilização de organismos do Estado e de estruturas não estatais com interesses no desporto»;
- 3. «o princípio de que as soluções adoptadas deviam facilitar a máxima liberdade aos utentes, em termos de espaço, de tempo e de actividades»

A ausência, ao longo de várias décadas, de investimento nas condições «materiais» fez com que o desenvolvimento da Educação Física, no quadro actual, dependa, também, desse factor.

A abordagem dos equipamentos que se pretende aqui realizar vai incidir fundamentalmente ao nível dos espaços escolares, por duas ordens de razão:

- em primeiro lugar, porque, no quadro de pobreza que caracteriza o nosso país no que se refere às instalações, usualmente denominadas como «desportivas», o parque escolar é o maior;
- em segundo lugar, porque a criação da RIID (Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas) faz depender das opções e decisões do poder autárquico a resolução deste problema, num quadro conceptual correcto de integração e de complementaridade entre a noção de formação desportiva e generalização da actividade física através da Educação Física Escolar (contudo, nem sempre bem compreendido, nem sempre bem decidido).

As opções encontradas, no sentido de minorar o débito acumulado ao longo destes anos, têm-se mostrado insatisfatórias tanto ao *nível quantitativo como qualitativo*.

Ao nível quantitativo, porque não têm permitido diminuir acentuadamente o número de escolas sem qualquer instalação para a Educação Física e intervir naquelas cujas instalações estão incompletas ou com um grau elevado de degradação, ou os espaços existentes há muito não

correspondem à explosão no crescimento da população escolar (conforme se confirma na análise dos inquéritos).

Ao nível qualitativo, porque os compromissos necessários à implementação das instalações tem obrigado, quantas vezes, a sujeitá-las a critérios de construção e de localização que estão longe de corresponderem ao objectivo principal e inicial. Para além de que as opções encontradas têm transformado as instalações em espaços sem qualidade pedagógica ou, em alternativa, na sua pura e simples inexistência.

Não tem sido por falta de capacidade de se desenvolverem propostas alternativas de grande valor que o problema se encontra por resolver.

Os profissionais de Educação Física têm debatido e elaborado várias propostas na perspectiva de se encontrarem as melhores soluções — adequadas e económicas — para a resolução deste problema com consequências nefastas, incomensuráveis, no desenvolvimento dos nossos jovens, no sucesso educativo e no desenvolvimento cultural das nossas populações.

De todos estes exemplos resultaram estudos e conclusões de grande valor pedagógico e técnico na procura dos caminhos possíveis para a resolução do problema das instalações para a prática das actividades físicas. Sem, no entanto, terem a repercussão efectiva e desejada na definição das tipologias das instalações.

Assim, parece que quem tem que decidir não quer ouvir os profissionais ou as suas opções e prioridades nada tem a ver com a Educação Física.

Podemos mesmo afirmar que as opções, quando concretizadas, revelam uma escolha que não é meramente reprodutora dos caminhos definidos pelo sector federado, constituindo-se numa afirmação e consolidação dessas opções (é o caso de muitos dos pavilhões denominados gimnodesportivos: com bancadas, balneários para equipas visitante e visitada e equipa de arbitragem, etc.), com custos evidentes na formação desportiva e no desenvolvimento das actividades físicas desportivas.

Estas opções, tradicionais, que se tendem a estandardizar funcionam como um normativo, de certa forma paradigmático, modelador da ideia de que a realização das actividades físicas reduz-se à prática (mais ou menos caricatural, ou mesmo bizarra) da competição desportiva. O que leva algumas pessoas a colocar hoje a questão: *Educação Física ou Desporto?* 

O que nos faz perguntar: sendo as instalações um instrumento para concretizar a prática de uma ideia, será que a aposta num determinado tipo de equipamentos tem como objectivo último a eliminação da Educação Física, pelo menos tal como a entendemos: universal, eclética e obrigatória? (já que as características dos espaços condicionam a actividade dos professores e, como tal, a prática dos nossos jovens, uniformizando-a)

Cabe, também, neste Congresso uma tomada de posição de todos os profissionais presentes no sentido de reafirmar a importância da Educação Física no

desenvolvimento dos nossos alunos, e como factor essencial de desenvolvimento cultural.

De novo, vivemos um momento determinante na construção de instalações para a Educação Física . Convém, como tal, fazer um balanço das experiências anteriormente realizadas, de forma a continuar a aplicar os princípios correctos e a evitar situações que a prática provou não serem as mais adequadas.

Neste sentido, as instalações da Educação Física para além dos critérios, de todos conhecidos, já aprovados anteriormente no I Congresso — a região, os programas e o nível de ensino — devem respeitar dois princípios fundamentais. A saber:

- 1. *A Adequação*: à idade das crianças; à região; ao nível de ensino; à ideia de Educação Física.
- 2. A Deliberação Pedagógica, entendida como a possibilidade de os professores poderem fazer as escolhas mais adequadas ao desenvolvimento da educação física dos seus alunos. Neste sentido, os espaços devem ser o mais polivalentes possível (conforme os professores também pensam 89% das escolas que responderam ao inquérito consideram que esta é uma qualidade que deve caracterizar as instalações).

Para além destas características, a construção das instalações da Educação Física deve respeitar as seguintes regras:

- 1. devem ser construídas no interior do espaço da escola;
- na sua construção devem ser ouvidos os futuros utilizadores (os professores de Educação Física da Escola) e consideradas as suas opiniões;
- 3. os professores de EF utilizadores deverão acompanhar a construção de forma a obviar decisões menos adequadas aos objectivos esperados (expressos nos programas de EF);
- 4. deve ser constituído um grupo formado por professores de EF, arquitectos, engenheiros, geógrafos, geólogos, etc. que possam apoiar o grupo de EF quando este julgar conveniente e que possam intervir directamente naquelas escolas onde não é possível encontrar profissionais de EF;
- 5. deve ser feita uma análise de situação do local de forma a ter em conta outros problemas que devem ser analisados, tais como:
  - ventos predominantes
  - humidade
  - quantidade de precipitação
  - número de dias de precipitação

- circulação espaços de aula
- diferenciação de espaços de aula e recreio dos alunos
- proximidade de salas de aula devido ao ruído
- número de professores a utilizar esse espaço
- paredes disponíveis para realizar tarefas
- tipo de pavimento mais adequado ao cumprimento dos programas
- balneários adequados em espaço e número de chuveiros ao número de alunos que em 10 minutos se equipam e desequipam (no mínimo 60 alunos)
- devem existir espaços cobertos (no número correspondente ao número de turmas que funcionam ao mesmo tempo) que possibilitem a realização contínua das actividades pedagógicas, independentemente das vicissitudes climatéricas;
- 7. finalmente, deve ser considerado a possibilidade de potencializar esses espaços para utilização de outras actividades de associações e clubes e de recreação das populações, sem contudo substituir a função primeira e principal para que serão construídas a Educação Física Escolar.

Estas regras são fundamentais porque podem trazer um conjunto de vantagens de *ordem económica, pedagógica e social.* 

De ordem económica por quatro razões:

- 1. pode rendibilizar as restantes estruturas da escola de forma a tornar possível a existência de espaços de aula exteriores cobertos que, certamente, serão de menores custos.
- 2. permite adequar a tipologia ao local onde se pretende construir a respectiva instalação.
- 3. essa adequação, por si só, pode-se revelar uma razão para a implementação de instalações adequadas para a prática regular das actividades físicas no sentido da promoção da saúde das populações, entre outros objectivos. O cumprimento deste objectivo tem, como é evidente, vantagens de ordem económica, porque actuando preventivamente diminui, de modo significativo, os gastos com a saúde.
- 4. pode ser uma solução para o problema da falta de locais para a formação desportiva e para a recreação informal das populações (ver Atlas Desportivo Nacional) que caracteriza a nossa sociedade. Esta opção parece ser a mais adequada pela proximidade às populações e pela relação custos/utilização.

De ordem pedagógica porque diminui a «promiscuidade», aumentando os factores de sucesso nas aprendizagens que caracterizam as activida-

des físicas: conforme se constata na grande generalidade das escolas onde existem os «pavilhões gimnodesportivos» e os exteriores tipo «parada militar».

Nos «pavilhões gimnodesportivos» a realização de três aulas ao mesmo tempo em espaços que se encontram separados por cortinas (que não separam nada), onde o ruído é insuportável a qualquer ouvido humano e a atenção e concentração, condições importantes para o sucesso nas aprendizagens, actos de grande dificuldade, tem consequências negativas no clima de aula, na atitude dos alunos, na disposição destes e dos professores, ou seja na sua educação (física).

Para além disso, tem repercussões negativas na saúde dos seus utentes (alunos e professores) bem demonstrada pelo «grau de incomodidade» que os professores apresentam quando questionados sobre o assunto, e pelo «esforço» que dizem ter que fazer para a sua voz ser ouvida.

Considerando que a partir de 90 decibéis o ruído pode ter efeitos nocivos na saúde humana, os resultados obtidos neste tipo de instalações levantam preocupações a ter em conta, já que os locais observados apresentam valores muito próximos do limite inferior, com riscos de trauma auditivo que rondam os 10%.

Sabendo que os professores têm 6 a 8 horas de actividade diária e que devem exercer a sua actividade ao longo de mais de 30 anos, as preocupações são acrescidas.

Nos Exteriores, tipo «parada militar», porque:

- não apresentam as condições de segurança indispensáveis à realização de actividades que podem colocar em risco a integridade física dos seus utentes, fazendo diminuir acentuadamente a intensidade das aulas necessária à melhoria das capacidades dos nossos alunos.
- 2. são, em geral, também os locais de recreio dos alunos transformando as aulas num «terminal», onde ninguém se entende e se esgota o tempo e a paciência a resolver situações de disciplina (aliás, não será por acaso, que a característica «Separadas do Espaço do Recreio» é seleccionada por 69% das escolas inquiridas, como uma qualidade que os espaços de aula de Educação Física devem ter). Por outro lado, todos os factores são facilitadores da desconcentração e da promiscuidade qualidades que, todos estamos de acordo, não são as melhores para caracterizar a actividade pedagógica formal.

3. principalmente, devido à chuva, não garantem a continuidade das actividades com consequências na imagem da disciplina no interior da escola e do sistema educativo e com repercussões no significado social atribuído. Tem, também, efeitos negativos na melhoria das capacidades dos nossos alunos, para além de prejudicar significativamente a consolidação das aprendizagens e seu aprofundamento.

De ordem social, porque sabendo que o nosso país se caracteriza pela grande ausência de espaços orientados preferencialmente para a formação desportiva e espaços polivalentes e informais, de recreação e para uma «educação física para todos», de formação e abertos, (veja-se o Atlas Desportivo Nacional) urge criar nas escolas, onde toda uma geração obrigatoriamente tem que passar, espaços que, por um lado, levem os jovens a aprenderem a sua educação física e a cuidá-la ao longo da sua vida e, por outro lado, sejam locais de fácil acesso aos restantes extractos da população no sentido de serem utilizados nos seus tempos livres (é mais fácil a «comunidade» ir à escola, do que os alunos sairem da escola para terem acesso ao seu direito — uma educação completa, que não se realiza sem a educação física).

Aliás, é neste quadro de vantagens que, também, as instalações para Educação Física no 1.º Ciclo têm que ser perspectivadas. Para além disso, têm que ser encaradas num quadro de complementaridade com as necessidades de implementação de espaços informais e de recreação das populações.

Contudo, a «timidez» revelada por muitos colegas deste nível de ensino aconselha que os espaços a privilegiar devem ser os espaços interiores tipo «mini ginásio» (150 a 200 m²).

É importante salientar que qualquer programa de implementação de instalações, neste nível de ensino, não vale por si só. De esta forma deve ser acompanhado de:

- um programa de apoio, orientado por professores de EF aos colegas professores do 1.º Ciclo, com objectivos na organização, orientação e avaliação das actividades de aprendizagem;
- e um programa de implementação de recursos de forma a viabilizar a realização da EF que se deverá orientar segundo os seguintes critérios:
  - 1) o material proposto pelo programa;
  - 2) a capacidade de os professores os utilizarem;
  - 3) as prioridades da formação;
  - 4) a riqueza de habilidades que o material proporciona;
  - 5) a quantidade de material necessária.

Só a análise integrada e complementar das instalações para a Educação Física em todos os ciclos e em todos os níveis de ensino e a atitude crítica dos profissionais de Educação Física podem encontrar os caminhos para a resolução de um problema que, pelo investimento necessário e pela responsabilidade que implica, só o poder político, central e/ou autárquico, tem capacidade para resolver.

#### III

Passemos, então, à análise dos inquéritos sobre as instalações para a Educação Física Escolar.

A amostra, como já foi referido no início, é constituída por 332 escolas, em que 315 são escolas públicas (que corresponde a 29% de um Universo de aproximadamente de 1100 escolas) e 17 são escolas particulares.

A amostra caracteriza-se por uma distribuição nacional (Conforme se constata na Fig. 1). Com 26% de *escolas preparatórias e C+S* e 31%, aproximadamente, de *escolas Secundárias*.

Por só uma escola ter aderido à iniciativa do CNAPEF, no distrito de Bragança, é tratado em conjunto com o distrito de Vila Real (passa, assim, a existir um distrito denominado V. Real/Bragança).

Na Figura 1 aparecem três colunas: *a primeira* refere-se ao número de escolas que existem no distrito; *a segunda*, ao número de inquéritos recebidos e a respectiva percentagem; *a terceira*, ao número de escolas particulares que enviaram o inquérito.

Pretendemos, então, analisar os seguintes aspectos:

# A) no que se refere à caracterização:

- 1. Quantas escolas não têm qualquer instalação coberta?
- 2. Quantas escolas não têm qualquer instalação para a prática da Educação Física?
- 3. Quantas escolas não têm balneários?
- 4. Quantas escolas não têm arrecadações?
- 5. Quantas escolas não aplicam as 3 horas lectivas de Educação Física a todos os seus alunos?
- 6. Quantas escolas têm Desporto Escolar?
- 7. Qual é o número médio de horas destinadas ao Desporto Escolar?
- 8. Que tipo de instalações Cobertas existem nas escolas?

# B) no que se refere aos Factores Limitativos:

- 1. Quantas escolas consideram que as características naturais não são factores limitativos?
- 2. Quais são as principais características naturais que os professores consideram limitativas à realização das actividades pedagógicas?

DISTRITO	N.º DE ESCOLAS EXISTENTES	INQUÉRITOS RECEBIDOS		N.º DE ESCOLAS
		N.º	%	PARTICULARES INQUIRIDAS
Viana do Castelo	30	16	53	1
Braga	66	26	39	4
Vila Real	35	11	31	-
Bragança	28	1	4	<u></u>
Porto	138	47	34	2
Aveiro	73	23	32	1
Viseu	51	17	33	1
Guarda	29	4	14	1
Coimbra	52	15	29	2
Castelo Branco	26	7	27	1
Leiria	50	11	22	2
Santarém	55	10	18	_
Portalegre	22	9	41	N <del></del>
Lisboa	204	46	23	1
Setúbal	83	33	40	-
Évora	24	5	21	1—
Beja	24	7	29	_
Faro	45	17	38	-
Ponta Delgada	31	7	23	10 <u></u>
Funchal	17	3	18	1

Figura 1 — Caracterização da amostra

- 3. Quantas escolas consideram que as características das instalações não são factores limitativos do seu trabalho?
- 4. Quais são as principais características das instalações que os professores consideram limitativas?
- 5. Quantas escolas apontam a degradação das instalações como factor limitativo?
- 6. Que partes das instalações apresentam maior nível de degradação?

## C) no que se refere às qualidades das Instalações:

1. Quais são as principais qualidades que os espaços de aula de Educação Física devem ter?

Passemos à análise de cada um dos pontos.

## A) Caracterização

Em primeiro lugar, torna-se importante esclarecer que todas as instalações cobertas utilizadas pelas escolas, mas não pertencentes a estas, ou situadas fora da sua área não são consideradas instalações da escola. Também não foram considerados espaços cobertos, todos aqueles que as escolas dizem ser adaptados (sem qualquer qualidade para o número de alunos de uma turma e para a prática da maioria das actividades a realizar nas aulas).

1. 130 escolas (39%) não apresentam qualquer instalação coberta, em que o valor mais baixo encontrado é 17% em V. Real/Bragança e o mais elevado é 52% em Setúbal.

Os distritos mais problemáticos são: em primeiro lugar Setúbal com 52%, a seguir Viseu com 50% e Coimbra e Leiria com 47% e 46%, respectivamente.

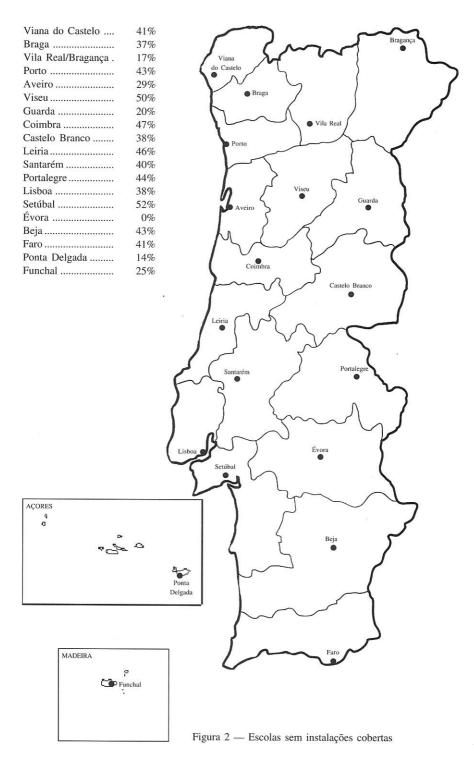
A observação da Fig. 2 permite verificar que a mancha que ressalta é a que inclui os distritos com percentagens entre 40% e 60%. Se a tendência geral for igual à amostra permite-nos concluir que o investimento das entidades responsáveis não foi suficiente para ultrapassar as carências identificadas já em 1988 pela RIID.

2. Das 332 escolas analisadas, ainda encontramos 16 (5%) que dizem não ter qualquer espaço para a prática de Educação Física o que pode traduzir (?) a inexistência da nossa disciplina para, mais ou menos, 12 000 alunos (por defeito).

Se os resultados desta amostra traduzirem o que se passa nas escolas portuguesas, significaria que 55 escolas não teriam qualquer espaço de Educação Física o que implicaria que, aproximadamente, 45 000 alunos estariam sem aulas.

Julgamos que tal facto não se passará, já que algumas destas escolas terão oportunidade de utilizar espaços alternativos de outras entidades (Câmaras). Esta ocorrência, por si, é também preocupante, porque implica, em geral, a deslocação dos alunos em alguns quilómetros (1 a 3), o que acarreta a concentração de aulas (2 Horas seguidas) reduzindo significativamente o Tempo Útil da aula.

- 3. Importante é, também, o número de escolas que não têm balneários e arrecadações. No primeiro caso 34 (10%) e no segundo 38 (12%). A inexistência de Balneários, tem consequências na consecução das finalidades da Educação que considera a escola um lugar fundamental na Educação para a Saúde e na apropriação de hábitos de higiene e de relacionamento com o seu corpo por parte dos jovens, com repercussões na educação da sua sexualidade.
  - A inexistência de arrecadações é um factor de degradação do material, em especial o material pesado, e de diminuição do espaço real de aula, porque na sua ausência o material acaba por ser aí arrumado.
- 4. O aspecto mais preocupante, que é possivel concluir, é o número elevadíssimo de escolas que não proporcionam as 3 horas curri-



culares a todos os seus alunos. 206 escolas que correspondem a 62% não cumprem a carga curricular de 3 horas com uma variação que vai desde 29% em Beja a 100% na Madeira. Com a grande maioria dos distritos com valores acima dos 50% (conforme se pode visualizar na Figura 3).

Do conjunto dos distritos, 84% tem valores superiores a 50% (16 distritos em 19), 58% acima de 60% (11 distritos em 19) e 37% acima dos 70% (7 em 19).

A razão, usualmente, apresentada como justificativo desta situação é a falta de condições materiais. Aliás, a única que tem suporte legal (ver Decreto-Lei 286/89).

Como veremos, de seguida, tal razão nem sempre parece ser real.

5. O número de escolas com desporto escolar ultrapassa o número de escolas que cumprem a carga curricular de Educação Física (em quase 100): enquanto 222 escolas têm desporto escolar (67%), somente 126 cumprem a carga curricular (38%).

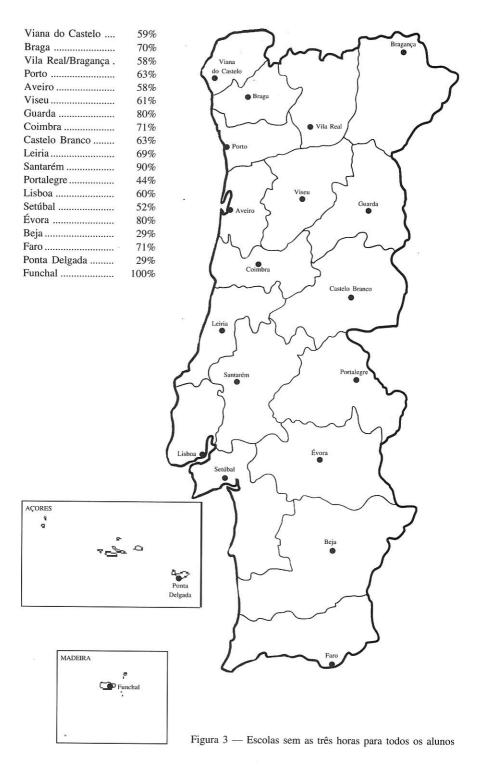
No entanto, a grande maioria dos distritos situa-se entre os 60% e os 80%, conforme se pode ver na Figura 4.

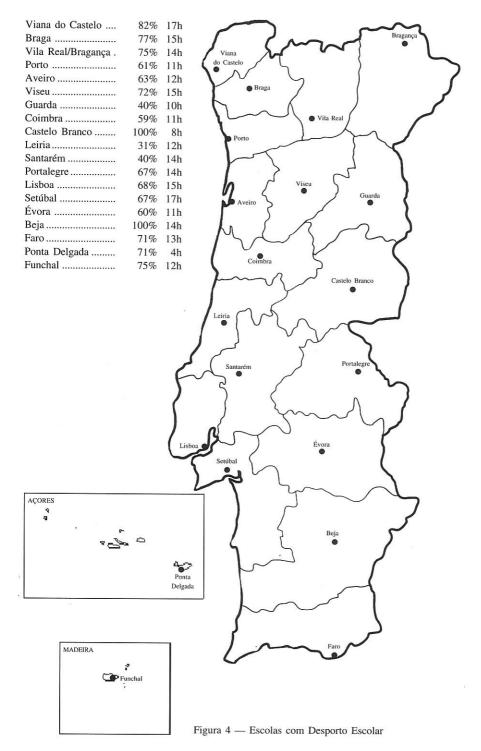
O LAL, referindo-se ao Decreto-Lei 286/89, afirma que no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário pode ocorrer *«alteração da carga horária semanal, devido às infraestruturas da escola»*, de *«3 horas semanais para 2 horas semanais»*.

No mesmo documento, com base na Lei 46/86, afirma-se: «para que uma escola possa ter um Núcleo de desporto escolar, torna-se necessário que a disciplina de Educação Física seja ministrada em todos os anos de escolaridade dos ensinos básico e secundário e no cumprimento da carga horária fixada nos planos curriculares». Referindo num parágrafo anterior que «as escolas (...) que possuam espaços de prática desportiva e tempo disponível para a sua utilização, bem como os recursos humanos e materiais necessários, podem constituir Núcleos de desporto escolar (..)». Concluindo que «a realização de actividades de Desporto Escolar não pode prejudicar o normal funcionamento das actividades curriculares, designadamente as aulas de Educação Física».

Perguntamos: não cumprir as três horas semanais é cumprir «a carga horária fixada nos planos curriculares», não é «prejudicar o normal funcionamento (...) das aulas de Educação Física», é possuir «espaços de prática desportiva e tempo disponível para a sua utilização, bem como os recursos (...) materiais necessários»?

Parece, assim, que, pelo menos em 96 escolas, não há condições materais para cumprir a carga curricular de Educação Física, mas as mesmas não são impedimento de realizar o desporto escolar numa média nacional de 13 horas (que permitiria a 13 turmas terem mais uma hora de Educação Física), em que 9 distritos têm um valor médio igual ou superior a 14 horas semanais (ver Figura 4).





Mas o mais grave é que, em muitos casos, o número de horas atribuídas ao Desporto Escolar é superior ao número de horas necessárias para que todos os alunos tivessem três horas curriculares.

Com isto não queremos, evidentemente, diminuir a importância do desporto escolar como actividade de complemento curricular e o lugar que deve ter na escola, nem responsabilizar, unicamente, os professores: a degradação a que chegou a situação da nossa disciplina é, principalmente, de responsabilidade política e os professores, por vezes, não encontram outras alternativas de satisfação profissional senão investir nas actividades do desporto escolar, quantas vezes, também, a única forma de obter algum material para as aulas de Educação Física.

O que nos preocupa é se esta subversão assumida pelo próprio sistema e aceite passivamente (assim parece) pelos profissionais não se poderá tornar numa armadilha mortal para a nossa actividade profissional (?).

O que não nos parece correcto é a inversão do significado de cada uma das áreas alterando a sua prioridade, fazendo com que o investimento principal se oriente para o que é, *agora*, opcional e vocacional em prejuízo do que é, *ainda*, actividade obrigatória e universal (razão principal de ser professor).

A todos cabe uma resposta e todos teremos, certamente, «telhados de vidro». Não podemos é deixar de reflectir quais são as nossas prioridades e as necessidades reais de desenvolvimento dos nossos alunos e onde se concretizam.

Nem deixar de analisar as consequências das nossas escolhas para a classe profissional, para o conjunto de novos colegas que se vão formando, para o reforço do grupo de Educação Física em cada uma das escolas e, principalmente, para o desenvolvimento dos nossos alunos.

6. A existência de instalações cobertas em qualquer escola é uma necessidade pedagógica, que não vale só por si, mas pelas características que possuem. Uma das características é a *dimensão*, que deve ser adequada ao número de alunos que podem estar em actividade, simultaneamente. A UNESCO, recomenda que os equipamentos escolares devem proporcionar uma área de 15 m² por aluno em actividade. De esta forma, um espaço:

- para uma turma deve ter, por volta de  $450\text{m}^2$  ( $30\text{m} \times 15\text{m}$ )
- para duas turmas, 900 m $^2$  (60m  $\times$  15m)
- para  $tr\hat{e}s$  turmas, 1350 m<sup>2</sup> (90m × 15m)

Das 246 instalações cobertas que existem nas 202 escolas:

- 134 (54%), mais de metade, têm uma área igual ou inferior a 375 m².
  Ou seja, sem espaço suficiente para uma turma de 30 alunos.
- 118 (50%), com uma *área inferior a 300 m*<sup>2</sup> (campo de basquetebol com 20m x 15m)

- somente 26 instalações (11%) têm uma área superior, ou igual, a  $900 \, m^2$
- e só 14 (6%) têm uma área igual ou superior a 1350 m²

Estes dados apontam para a confirmação da ideia de que os professores de EF têm que realizar a sua actividade em condições de degradação pedagógica.

A situação é tão preocupante que faz com que a análise exterior do problema identifique como «boa qualidade» a existência de espaços cobertos (pura e simplesmente). O que se verifica é que, mesmo estes, não apresentam as condições mínimas para realizar o processo de ensino e os alunos investirem nas suas aprendizagens, o que leva muitas vezes, professores e alunos, a encararem as aulas de Educação Física como o lugar de «animação desportiva» e recreação, com todas as consequências que tem no desenvolvimento desportivo, no valor social da disciplina no interior do sistema educativo e na imagem do professor de Educação Física.

#### B) Factores Limitativos

O conjunto de problemas detectados na caracterização confirmam-se e acentuam-se, quando verificamos quais são os factores limitativos da Educação Física.

1. Quanto às *Características Naturais*, o número significativo de escolas que considera este tipo de características limitativas, aponta para o facto de que um grande número de aulas são realizadas ao «ar livre», mesmo naquelas escolas que têm espaços cobertos que, por insuficientes, no que se refere às dimensões ou ao número de espaços necessários para o número de turmas em actividade simultânea, obriga que muitos alunos tenham aulas em espaços não cobertos.

O número de escolas que considera que estas características não são limitativas ronda os 9% (30 escolas da amostra), que inclui o número de escolas que, por não ter qualquer instalação, não tem EF, ou utiliza outras instalações cobertas. Todas as outras indicam-nas.

As características mais referidas são as seguintes:

1.º Chuva	85% (283 escolas)
2.º Frio	60% (198 escolas
3.º Calor	48% (161 escoas)
4.°. Vento	44% (145 escolas)
5.º Falta de Luminosidade	23% (75 escolas)
6.º Neve	16% (54 escolas)
7.º Poluição Sonora	15% (49 escolas)

No que se refere à «Chuva», ao «Frio», «Calor» e «Vento» os distritos não se distinguem significativamente. Convém, no entanto, referir que a característica «Neve» tem principal significado nos distritos de Braga, Vila Real/Bragança, Castelo Branco, Viseu, Porto e Guarda.

A «Falta de Luminosidade», que traduz a impossibilidade de realizar aulas aos primeiros e últimos tempos por falta de visibilidade, são factores importantes nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo.

A «Poluição Sonora», que traduz fundamentalmente a localização da escola, aparece referida principalmente nos distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa, Portalegre, Porto e Viana do Castelo.

2. Nas *Características das Instalações* verifica-se a adequação das instalações aos objectivos da Educação Física garantindo a segurança e a integridade física dos alunos.

Aqui, também, 30 escolas consideram que as instalações, ou porque não as têm, ou porque as acham adequadas, não são limitativas da Educação Física.

As características mais referidas como factores limitativos são as seguintes:

1	.0	Espaços Comuns ao Recreio e Aulas	58% (194 escolas)
2	0	Várias Turmas no Mesmo Espaço	52% (172 escolas)
3	3.º	Piso	45% (151 escolas)
4	l.º	Balneários	40% (132 escolas)
5	o.°	Dimensões	37% (122 escolas)
6	ó.°	Circulação nos Espaços de EF	34% (113 escolas)
7	7.0	Pouco Polivalente	23% (78 escolas)
8	3.º	Humidade	20% (63 escolas)
9	9.0	Acessos aos Espaços de EF	14% (48 escolas)
1	0.0	Falta de Luz Eléctrica	13% (44 escolas)

A escolha destes factores reafirma o que já tínhamos verificado na caracterização, apontando outros problemas.

Em primeiro lugar, o factor mais referido confirma a ideia de que um grande número de escolas só tem espaços exteriores ou que muitas das suas aulas têm que ser realizadas no exterior (mesmo quando existem espaços interiores são insuficientes para o número de turmas que funcionam ao mesmo tempo).

Em segundo lugar, a referência a «Várias Turmas no Mesmo Espaço» indica que os espaços não são construídos com as condições acústicas, de acessos e de circulação que permitam admitir mais do que uma turma, sem prejuízo do rendimento das aulas.

Este factor reforça a ideia que a construção dos espaços de aulas de Educação Física não pode ter em conta exclusivamente as dimensões, esquecendo-se de outras características como a privacidade, os acessos, a circulação, o ruído próprio à actividade física, etc.

Em terceiro lugar, o «Piso» parece não utilizar os materais mais adequados à realização das actividades físicas, com custos pedagógicos, nas aprendizagens dos alunos, económicos, na degradação dos materiais portáteis e com uma probabilidade maior de risco e acidentes por parte dos alunos. Por outro lado, tendo em conta a percentagem de escolas que aponta o factor «Degradação do Piso», pode-se concluir que os materiais usados são de desgaste rápido com maiores custos económicos a médio e longo prazo.

Em quarto lugar, a referência aos «Balneários» como um factor limitativo da Educação Física, para além de ampliar o verdadeiro significado do «Número de Escolas sem Balneários», confirma a ideia de que a explosão demográfica que se deu nos últimos 20 anos no sistema educativo português, não foi acompanhado dos investimentos necessários nas «condições operacionais».

Mesmo nas escolas com balneários, estes são exíguos e não respeitam as condições mínimas de higiene e de privacidade, sendo, em muitos casos, um verdadeiro factor limitativo do cumprimento da carga curricular.

É importante que o poder político e os órgãos administrativos das escolas compreendam que este espaço é tão importante como qualquer outro. Senão mais. Já que é nele que os alunos aprendem muito da sua sexualidade e concretizam as regras de higiene e de saber-estar, vivências fundamentais nestas idades.

Em quinto lugar, os restantes factores («Dimensões», «Circulação nos Espaços de EF», etc.) confirmam a ideia de que os espaços de EF não são construídos segundo o critério pedagógico, antes segundo o modelo desportivo (leia-se o modelo da «competição») e sem as qualidades necessárias para receber crianças e jovens na quantidade e nas circunstâncias que qualquer escola tem que o fazer.

3. No que se refere às *Condições das Instalações*, 87 escolas (31%) (para além das 16 que não têm qualquer instalação) consideram que as instalações não se encontram degradadas, pelo menos ao ponto de a degradação ser factor limitativo.

O «Piso» é, de longe, o aspecto mais referido. 55% das escolas (183). Isto deve-se fundamentalmente ao facto da maioria das escolas não terem espaços interiores e, como tal, não poderem ter paredes, tectos, sistemas eléctricos.

Confirma o que afirmamos anteriormente: os materiais utilizados na maior parte dos pisos são de desgaste rápido, o que implica custos elevados na sua manutenção. A utilização de outros materiais, provávelmente mais caros, à partida, pode trazer vantagens económicas, por serem mais resistentes ao desgaste e não necessitarem de tanta manutenção. Por outro lado, serão mais adequados aos objectivos pedagógicos.

Os valores apresentados nos outros factores são os seguintes:

2.º Tecto	16% (54 escolas)
3.º Electricidade	14% (47 escolas)
4.º Paredes	11% (35 escolas)
5.º Material Pesado	6% (11 escolas)
6.º Balneários	4% (14 escolas)

Os distritos mais afectados pela degradação das instalações são: Aveiro, Braga e Viseu (13 escolas), Setúbal (23 escolas), Lisboa (30 escolas), Porto (28 escolas) e Coimbra (10 escolas).

### C) Instalações da Educação Física

O que os professores entendem o que deve ser uma instalação adequada aos objectivos da Educação Física é fundamental para a definição das tipologias.

Nesse sentido, foi pedido aos professores para indicarem, da lista de um conjunto de características, as cinco que, na sua opinião, seleccionariam como prioritárias nas instalações de Educação Física.

As respostas permitem-nos concluir, desde logo, que:

- há um conjunto de aspectos em que os Prof. de EF estão de acordo que traduzem principalmente características gerais;
- nos aspectos que traduzem especificações mais técnicas ou características de materiais, as opiniões dividem-se.

A grande maioria dos professores define três características principais:

- 1.º os espaços de EF devem ser «polivalentes» 89% (296 escolas)
- 2.º os espaços de EF devem ser «cobertos» 74% (246 escolas)
- 3.º os espaços de EF devem ser «separados do espaço de recreio» 69% (228 escolas)

Em relação aos outros aspectos, os mais referidos são:

— *em primeiro lugar*, as características do *piso*, em que 38% prefere «sintético» e 34% prefere «madeira»;

- em segundo lugar, o número de turmas em simultâneo. A grande maioria acha que deve ser só uma turma, 37% (123 escolas). No entanto, 44 escolas (13%) optam por duas turmas, em simultâneo e 21 escolas (6%) preferem, mesmo, três turmas.
- em terceiro lugar, quanto ao tipo de instalações «cobertas», as opiniões dividem-se: 83 escolas (25%) dizem que devem ser «interiores» e 85 escolas (26%) preferem os «exteriores cobertos». A diferenciação destes itens permite-nos concluir que os professores têm a consciência de que a definição das instalações cobertas («interiores» ou «exteriores cobertas») exige uma análise das características do local para onde se destina a instalação. Este pressuposto reforça a ideia de que a tipologia única não corresponde às necessidades do nosso país.

A escolha por parte de 83 escolas (25%) de «exteriores descobertos», confirma estudos anteriores feitos por nós que apontavam para diferenciações climáticas em diversos concelhos do país. As zonas do país que apontam este tipo de instalações situam-se, na sua generalidade, no litoral.

Se fosse possível apresentar uma definição do que devem ser as instalações de Educação Física, com base nas características indicadas pelos professores, diríamos assim:

- polivalentes
- cobertas (interiores e/ou exteriores)
- separadas do espaço de recreio
- com piso «sintético» ou de «madeira»
- só para uma turma
- com paredes utilizáveis
- exteriores descobertas
- com piso «sintético» ou de «alcatrão»
- para mais de uma turma

Por conseguinte, na opinião dos professores, as instalações devem ser constituídas, por dois pólos: um, interior, caracterizado por espaços mais pequenos, privados; e outro, exterior (cobertos, ou descobertos, conforme os sítios), mais amplos, onde podem trabalhar mais do que uma turma.

Em qualquer dos casos, deve-se distinguir, espaço de aula e local de ocupação dos tempos livres dos alunos.

#### IV

É, para nós, claro que todas as condições existentes não são facilitadoras da actividade dos professores e dos alunos.

O quadro que acabamos de apresentar traduz, de forma clara, o estado das condições materiais, senão do país, pelo menos do conjunto de escolas aqui analisadas e que corresponde, aproximadamente, à situação da Educação Física para meio milhão de alunos. É caso para dizer «Quem mal anda, mal acaba».

Este estado de coisas tem sido modelador das condições conceptuais da nossa actividade, com as repercussões que se tem traduzido na diversidade (leia-se confusão) que caracteriza a formação inicial, na desvalorização da Educação Física no discurso oficial e mesmo académico e científico e com detrimento da discussão dos problemas da Educação Física a favor da valorização, cada vez mais acentuada, do Desporto (Escolar) (será, também, por razões económicas?).

Não podemos deixar de ficar preocupados perante tal situação. Cabenos, também, ter uma palavra a dizer para reforçarmos a nossa unidade atribuindo às instituições que nos representam (SPEF e Associações Profissionais) responsabilidades e competências no sentido de se criar um lobby de pressão em defesa da Educação Física Nacional.

De outra forma, corremos o risco de estar a assistir à agonia de uma morte lenta, anunciada, mas que nunca quisemos acreditar.

É altura de voltarmos à escola depois de termos tido que sair dela, uns por necessidade, outros por vocação e todos por obrigação, para servir o conjunto de outras necessidades sociais que o desenvolvimento da nossa sociedade trouxe (nos clubes, nos ginásios, nas autarquias, na animação das populações, etc.).

Como diz o povo «quem dá o que tem a pedir vem».

Se não o fizermos, provavelmente estaremos adiar (mais uma vez) o desenvolvimento desportivo, o desenvolvimento dos nossos jovens e o desenvolvimento da Educação Física.

Estaremos a adiar «uma escola que proporcione a realização de actividade física educativa, psicológica e culturalmente gratificante — na melhoria da condição física, nos jogos tradicionais, nos desportos, nas danças, nas actividades de exploração da natureza, no convívio entre gerações inspirado em princípios pedagógicos adequados»